



A RELAÇÃO DA OFERTA DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS E UMA MELHOR ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA PARA DOCENTES E DISCENTES SURDOS EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS

Leonardo Ribeiro de Barros

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Resumo: A profissão de Tradutor Intérprete de Libras - Língua Portuguesa tornou-se mais significativa e relevante à medida que marcos legais foram tornando-os figuras importantes no tocante à acessibilidade comunicacional para a comunidade surda, em especial no contexto educacional. Este trabalho apresenta um apanhado recente dessas leis e decretos e revela como estes impactaram positivamente no aumento desses profissionais dentro de Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No entanto, recentes decisões governamentais provocaram uma precarização desta categoria extinguindo o cargo em Institutos e Universidades Federais, impedindo, por sua vez, a realização de novos concursos. Para suprir a demanda, profissionais terceirizados e bolsistas cresceram em número e hoje prestam seus serviços à comunidade acadêmica surda. A pesquisa quantitativa desenvolvida objetiva mostrar como um modelo de curso online realizado em um dado Instituto Federal revela a respeito do perfil do atual Tradutor Intérprete de Libras, sua formação acadêmica, seus desafios em relação à profissão e possíveis encaminhamentos que podemos oferecer para criar uma cultura de capacitação e treinamento desses importantes atores educacionais.

Palavras-chaves: Capacitação; treinamento; tradutor intérprete de Libras; institutos federais.

Introdução

A presença dos Tradutores Intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (TILSP) em contextos educacionais, em especial, em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deve-se ao fato da existência de documentos legais, que tornaram-se marcos para a comunidade surda e para a sua língua, a Libras, como a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, conhecida como Lei da Libras, que declara em seu artigo quarto que o sistema educacional federal deve incluir a disciplina de Libras como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) nos cursos de formação de Educação Especial, de Magistério e de Fonoaudiologia. (BRASIL, 2002)

Três anos depois, com a promulgação do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei de Libras, nos parágrafos um e dois do artigo terceiro, é declarado que a disciplina de Libras também é obrigatória em todas as licenciaturas e optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, com prazo de um ano para a sua implementação, até o ano de 2006. (BRASIL, 2005)

Neste mesmo ano de 2006, é criado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) o inédito Curso de Graduação de Letras - Libras na modalidade de educação a distância, que através de nove polos espalhados pelo Brasil, permitiria mesmo em seus primeiros anos de existência, um alcance nacional. Desde então, o Curso de Letras - Libras expandiu-se para todo o país, em instituições públicas e privadas.

Atualmente, no âmbito dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), o Curso de Letras - Libras é oferecido no Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) na modalidade a distância e o Curso de Pedagogia Bilíngue - Libras/Português é oferecido no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Palhoça, na modalidade presencial.

Em relação ao Ensino Técnico, o Curso em Tradução e Interpretação da Libras é oferecido pelo Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG), nas modalidades subsequente e concomitante, ambas a distância; pelo IFSC Campus Palhoça, na modalidade integrado e presencial; pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Alvorada, nas modalidades subsequente e presencial; pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Barra do Corda, na modalidade subsequente e presencial; pelo Colégio Pedro II, na modalidade subsequente e presencial; no Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Acopiara, na modalidade subsequente e presencial; e pelo Instituto Federal do Acre (IFAC), Campus Rio Branco, também nas modalidades subsequente e presencial.

A presença nos dias de hoje dos TILSP dentro das instituições de ensino não se deve apenas à uma maior oferta de formação para essa categoria, mas sobretudo pela regulamentação desta profissão que se deu em 2010, através da Lei 12.319 de 1º de setembro, sendo instituída como cargo de nível médio. (BRASIL, 2010). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) trouxe mais avanços determinando que para um TILSP atuar no Ensino Superior, este profissional deve possuir formação superior, preferencialmente em Tradução e Interpretação, enquanto a formação de nível médio seria suficiente para atuar na Educação Básica.

No entanto, um revés viria a acontecer no ano de 2018 quando o então Presidente Michel Temer, decretou que os cargos de Tradutor e Intérprete de Linguagem¹ de Sinais (Nível Médio) e Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais (Nível E) fossem extintos, entre muitos outros cargos. (BRASIL, 2018) Essa mudança significativa fez com que muitos profissionais terceirizados fossem contratados no lugar de haver ofertas de novos concursos públicos para servidores e efetivos, e inclusive houveram vários casos em que bolsistas ainda graduandos, atuaram na função de TILSP mesmo sem a devida formação, dada à carência desses profissionais, o que fez com que a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) se manifestasse, como descrito por Filho (2021):

[...] isso significa, pessoas surdas em instituições de ensino sem a presença de profissionais qualificados para o atendimento, situação essa que é contrária a LBI, pois é responsabilidade do Estado a manutenção e garantia de políticas públicas que possam assegurar o direito linguístico e a acessibilidade da pessoa surda (Lei 13.146-LBI Cap. IV. Att 28 XVIII Parágrafo II). Temos conhecimento de pessoas que possuem conhecimentos rudimentares em Libras e estão atendendo surdos em sala de aula de instituições de ensino superior, recebendo uma bolsa para sua atuação, o que é grave. Sabemos de diversos intérpretes atuando sozinhos por longos períodos, sem horas de preparação para realizar sua atividade e sem atuação em equipe garantida. O que gera prejuízos imensuráveis, físicos e psicológicos para os profissionais e para os alunos que têm seu direito garantido por lei descumpridos. (FILHO, 2021, p. 18)

As terceirizações, mesmo que muito comuns em diversos setores da sociedade civil, apresentam uma problemática no tocante a sua utilização como substitutivo paliativo para a demanda de TILSP em IFES, pois como arrazoa Filho et al. (2021):

A terceirização de profissionais de carreira federal também acarreta na perda de qualidade desses serviços, não apenas em função do profissional, mas, sobretudo, em função da carreira construída ao longo dos anos, da experiência acumulada e do vínculo com a instituição. Os intérpretes terceirizados não têm a mesma remuneração e muitas vezes a mesma experiência e formação dos profissionais efetivos, além do que não é fácil contratá-los nas instituições, especialmente em cidades menores. A comunidade surda, em 2019, divulgou nota de repúdio ao decreto 10.185/2019. Sem dúvida, houve um retrocesso na profissão dos tradutores/intérpretes, levando a profissão ao voluntarismo e à precarização, induzindo pessoas que não têm formação adequada e nem conhecimento do código de ética da profissão a aderir-las. (FILHO, 2021, p. 16)

¹Apesar do cargo em questão ser Tradutor e Intérprete de *Linguagem* de Sinais, esta informação não coaduna com a realidade de a Libras ser de fato uma *língua* e não linguagem, por possuir características semelhantes às línguas orais, como arbitrariedade, sintaxe, morfologia, fonética, fonologia, sendo apenas de uma modalidade distinta, no caso, de uma modalidade viso-espacial e não oral-auditiva, como a língua portuguesa, por exemplo.

Apesar desses retrocessos, uma vitória significativa foi alcançada posteriormente com a aprovação da modalidade de Educação Bilíngue de Surdos sendo ela inserida na Lei de Diretrizes de Bases (BRASIL, 2021). E é neste cenário em que hoje se depara a Educação de Surdos, com um número hoje expressivo de alunos surdos matriculados nas IFES e com uma quantidade cada vez menor de TILSP servidores efetivos para cuidar da demanda, tendo que para compôr a força de trabalho, contar com TILSP terceirizados e bolsistas.

Independentemente de como a realidade esteja, uma máxima para quem trabalha na esfera da acessibilidade e inclusão, é: “nada sobre nós sem nós”, que significa que quaisquer melhorias, ajustes, e intervenções políticas que as reivindicações que as Pessoas Com Deficiência (PCD) fazem, só devem acontecer se elas estiverem participando nas discussões e deliberações. Neste sentido, quem melhor do que os próprios TILSP para recomendarem ações que beneficiarão a categoria? Em 2014, TILSP de 55 diferentes IFES se reuniram no I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino, e dentre muitos pontos, recomendaram:

I) Que as instituições federais ofertem qualificação profissional continuada específica para os profissionais tradutores e intérpretes de Libras/Português efetivos; II) Que as instituições federais que os TILSP tenham a formação em ensino médio colaborem no quesito administrativo e funcional na formação em nível superior do servidor. III) Que as instituições possibilitem a participação dos TILSP em eventos de formação, tais como, congressos, oficinas, palestras e cursos de formação continuada voltadas a formação do Tradutor/Intérprete. (I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino, 2014, p. 9).

Conforme apresentado anteriormente, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vem assumindo um papel cada vez maior de destaque na criação de novos cursos técnicos e superiores que contemplam a demanda de ensino que promova acessibilidade e inclusão, como assim o fazem os cursos de Tradução e Interpretação da Libras e o Letras - Libras. Sobre o papel especificamente dos IFs em atender as necessidades da sociedade civil, em particular de grupos marginalizados e minoritários, Pacheco (2010) discorre:

Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social. (PACHECO, 2010, p. 15).

Neste respeito, o que este artigo objetiva apresentar é um esforço coordenado de um IF em específico, a saber, o IFCE, que através da Coordenação de Acessibilidade e Inclusão (COAI) juntamente com integrantes do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades

Específicas (NAPNE) dos diversos campi da instituição, instituíram a Comissão de Preparação e Treinamento dos Tradutores Intérpretes de Libras do IFCE (CPTILSP) para cumprir com sua missão de capacitar os TILSP tanto servidores quanto terceirizados em uma iniciativa pioneira, que aconteceu em dezembro de 2022.

Através do que será apresentado, é também objetivo discutir as metodologias usadas, informações acerca do público participante, desafios e dificuldades enfrentados, estratégias utilizadas e como a educação a distância foi fundamental para que a iniciativa pudesse ocorrer e quais conclusões puderam ser tiradas e que futuras propostas a CPTILSP pretende oferecer.

Materiais e Métodos

A metodologia utilizada neste trabalho é a de pesquisa quantitativa pois utiliza os dados colhidos através do formulário de inscrição da capacitação oferecida, para conhecer melhor os TILSP da instituição e assim pensar medidas que contemplem suas necessidades no futuro ao mesmo tempo que mapeou-se a realidade desses profissionais no tocante a sua formação acadêmica e contato com a comunidade surda dentro e fora do seu local de trabalho.

O IFCE contava em dezembro de 2022 com 67 TILSP dentro do seu quadro funcional, sendo que destes apenas 13 eram servidores efetivos, configurando um total pequeno de 19,4 %. O IFCE está em segundo lugar no Brasil, no tocante a quantidade de campi, 35, perdendo apenas para o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) que possui 37. No entanto, considera-se o IFCE o Instituto Federal mais capilarizado, por encontrar-se em todas as macrorregiões do Estado do Ceará, sendo amplamente estabelecido não só na capital e região litorânea, mas também no interior do estado.

Um outro dado considerável é que o IFCE conta com 12 docentes surdos, todos da subárea de Libras, o que é um número expressivo em relação às outras IFES, incluindo as Universidades Federais (UFs). Isso significa que o TILSP que atuam nesta instituição não somente trabalham em sala de aula acessibilizando o conteúdo lecionado aos alunos, nem apenas tampouco participando de reuniões e eventos que necessitam de acessibilidade em Libras, mas também mediam a interação que os professores surdos têm com seus alunos e colegas de trabalho ouvintes.

As perguntas utilizadas foram: “Em qual nível de ensino você atua na instituição?”; “Qual a sua formação acadêmica completa atual?”; “Você tem o certificado do PROLIBRAS?”²

²O PROLIBRAS foi uma prova de proficiência aplicada pela UFSC/MEC para certificar professores e TILSP, sendo válido até 2015. (BRASIL, 2005).

Em caso afirmativo, de qual modalidade?"; "Você fez algum Curso de Extensão de 360h em tradução e interpretação de Libras ou áreas correlatas?"; "Você fez algum Curso de Extensão de 360h em tradução e interpretação de Libras ou áreas correlatas?"; "Você possui formação em guia-interpretação (para atuação junto às pessoas surdocegas)?" "Dentro da sua instituição, qual o público que você atende?"; "Você atua em esquema de revezamento (em duplas, trios ou grupos) no seu local de trabalho para todas as atividades que realiza no campus?"³; "Ao todo, quanto tempo de experiência possui como tradutor intérprete de Libras?"; "Possui contato com a comunidade surda fora do seu local de trabalho?"; "Quais os maiores desafios e dificuldades você enfrenta no seu trabalho como tradutor intérprete em sua instituição?"; "Como você acha que o IFCE pode ajudar você a desenvolver melhor o seu trabalho?"

Resultados

O nome da capacitação oferecida foi *Minicurso: Atuação dos TILSP em contextos acadêmicos*. O minicurso contou com 65 inscritos, sendo que seis destes eram TILSP de instituições convidadas como a Universidade Federal do Cariri (UFCA) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), perfazendo um total de 59 inscritos que atuam no IFCE, representando 88% de todos os TILSP da instituição. Foi realizado nos dias 12, 13 e 14 de dezembro, sendo 100% online e possuindo uma carga horária de 20 horas, sendo 9 horas delas síncronas, divididas em três aulas de 3 horas cada, e 11 horas de conteúdo assíncrono, na forma de vídeos postados, leitura de textos acadêmicos e exercícios de fixação. Os temas das aulas foram: Atuação e escopo do trabalho dos TILSP nos âmbitos institucionais; Laboratório de letramento acadêmico - interpretação direta e inversa em contextos específicos; e Ética de trabalho e postura dos TILSP em ambiente institucional.

O principal motivo de ter sido escolhido essa época do ano para a realização do minicurso foi o fato de muitos TILSP já terem cumprido suas obrigações de interpretação em sala de aula e em eventos institucionais, por ter acontecido após o fim do semestre. O minicurso contou na sua organização, com a participação de seis docentes e seis técnicos administrativos, sendo cinco TILSP servidores e uma técnica de laboratório.

Em relação às perguntas do formulário de inscrição, colhemos as seguintes informações: A primeira pergunta foi: "Em qual nível de ensino você atua na instituição?", sendo que 73% respondeu atuar no Ensino Superior, 36,5% atuam no Ensino Médio Técnico e apenas 9% na

³A FEBRAPILS recomenda que os TILSP trabalhem em esquema de revezamento quando a atividade exceder uma hora de duração, devido ao grande desgaste físico e mental do trabalho realizado. (FEBRAPILS, Nota Técnica 02/2017).

Pós-Graduação. Sobre a pergunta “Qual a sua formação acadêmica completa atual?”, 50,8% respondeu ter pós-graduação em nível de Especialização; 28,6% respondeu ter graduação completa; 17,5% Ensino Médio completo e 3,2% Ensino Médio Técnico em Tradução e Interpretação da Libras.

Acerca da obtenção do Certificado PROLIBRAS, válido até 2015, 73% informou não tê-lo obtido, 11% possui na modalidade Tradução, 7,9% na modalidade Ensino e 1,6% nas duas modalidades. Na próxima pergunta, 55,6% dos cursistas afirmou ter feito algum Curso de Extensão com carga horária igual ou superior a 360 horas. Quando questionados terem tido alguma formação em Guia-Interpretação para Pessoas Surdocegas expressivos 92,1% informou que não.

Sobre o público ao qual atendem, 46% afirmou atuar em sua instituição com alunos e docentes surdos, e 42,9% apenas com alunos surdos e 11,1% apenas com professores surdos. Em relação a trabalharem com outros colegas TILSP em esquema de revezamento, 65,1% relatou que trabalham neste modelo, enquanto 20,6 afirmam quase sempre trabalhar desse modo, 7,9% trabalham neste esquema na metade do tempo, 3,2% afirmam quase nunca trabalhar neste esquema, enquanto 3,2% pontuaram nunca realizá-lo.

A respeito do contato que mantém com a comunidade surda fora do ambiente de trabalho, estrondosos 98,4% dos cursistas responderam positivamente, enquanto apenas 1,6% respondeu não ter. Sobre os desafios que enfrentam em sua rotina de trabalho, os comentários mais comuns foram: “A falta de material prévio para estudo, material adaptado, a falta de glossário em determinadas áreas de atuação, professores não acessíveis.”; “O IFCE atualmente não conta com regimento aprovado. Isso influencia na estruturação do trabalho e na criação de fluxos. Essa é uma demanda que estamos tentando resolver organizando um esboço e futuramente nos reunindo com a categoria .” e “Interpretação da Libras para o português”.

Por último, quando perguntados sobre como o IFCE poderia atuar em apoio às suas necessidades e demandas, os comentários mais repetidos foram: “Aumentando o quadro de intérpretes para um possível revezamento nas interpretações”; “Formação continuada e cursos de extensão”; “Por promover momentos de estudos e treinos voltados para o vocabulário acadêmico de nível superior, assim como todos os seus termos em Libras e em português, visto que assim como eu outros novos intérpretes também desconhecem.”

Discussão e Conclusões

Dos 65 inscritos, 49 tiveram frequência e grau suficientes para conseguir o certificado de conclusão do curso, o que representou 75% dos TILSP participantes. Entre os 25% que não

concluíram, foram entregues certificados de participação pelos dias das aulas síncronas que compareceram. A CPTILSP, comissão organizadora deste minicurso ficou muito satisfeita pela repercussão do trabalho e pelo fato de ter sido uma capacitação inédita oferecida no IFCE que contemplasse os TILSP dos mais diversos campi.

Para a realização das aulas síncronas, foi utilizada a Plataforma Conferência Web RNP que além de permitir uma capacidade de 100 pessoas participarem simultaneamente na reunião, ainda permite a exportação da gravação para a Plataforma Eduplay. As ferramentas como enquetes ao vivo, legendas que podem ser utilizadas para assistir a gravação dos vídeos, e textos que podem ser simultaneamente utilizados pelos participantes da reunião, se mostraram recursos importantes para a viabilidade e acessibilidade do minicurso.

Em relação ao conteúdo assíncrono, foi utilizado a plataforma Google Classroom para postagem das atividades, assim como conteúdo acadêmico em formatos de texto e vídeo. O mural também foi utilizado para informar aos alunos informações importantes acerca do andamento do curso e um espaço para troca de informações, dúvidas, sugestões, elogios e críticas.

Um desafio grande enfrentado no âmbito do IFCE em relação a oferta de capacitações e treinamento que beneficiem toda a força de trabalho dos TILSP da instituição é o fato dos agentes terceirizados terem uma carga horária de 20 horas, em que podem ser alocados nos turnos da manhã, tarde e noite, enquanto os servidores efetivos possuem uma carga horária de 40 horas que são distribuídas nos turnos manhã e tarde ou tarde e noite. A maior justificativa para 25% dos inscritos não terem conseguido o certificado de conclusão se deve grandemente em relação a este obstáculo, principalmente se considerarmos que os que possuem uma carga horária de 20 horas, têm outros empregos fora do IFCE. Futuros treinamentos e capacitações estão sendo pensados para acontecer no sábado, para melhorar esses índices de presença.

Uma informação importante colhida através do formulário de inscrição dos cursistas foi o fato de 73% atuarem no Ensino Superior e 20,7% dos TILSP só possuir formação em nível médio ou nível médio técnico. Essa informação mostra uma realidade importante nos cenários das IFES ao redor do Brasil, em que muitos TILSP sem formação em nível superior atuam em cursos de bacharelado e graduação, quando não em pós-graduações. Outro dado coletado substancial foi o fato de nenhum dos inscritos do curso possuírem Mestrado ou Doutorado. Foi incentivado ao final do curso que considerassem a possibilidade de participar em grupos de trabalho e de pesquisa em IFES para que fomentassem neles o desejo da pesquisa e tivessem suas potencialidades aguçadas. A precarização de sua profissão no mercado de trabalho

principalmente dos terceirizados e seus múltiplos empregos foram apontados como os maiores obstáculos no momento para não perseguirem uma titulação acadêmica maior do que possuem.

Destacou-se também a quantidade de 92% dos cursistas não terem tido nunca uma formação em guia-interpretação, subárea extremamente necessária para atuar junto às pessoas surdocegas. Esse dado revela como a formação do Curso de Letras - Libras e das formações iniciais e continuadas como um todo, não são oferecidas de um modo que contemplem todas as especificidades e demais áreas de outras pessoas, ainda que na esfera da inclusão.

Para o ano de 2023, a CPTILSP decidiu oferecer duas novas capacitações. A primeira será um Projeto de Extensão chamado Ciclo de Formação para Tradutores Intérpretes de Libras - Língua Portuguesa e ocorrerá bimensalmente através do formato de lives tocando em assuntos que dizem respeito a atuação do TILSP em ambientes institucionais, sempre a cada vez, tocando em uma necessidade que seja a mais urgente e premente no momento de sua realização, além de familiarizá-los com a própria instituição que trabalham, que por muitas vezes desconhecem os fluxos de trabalho, os diversos setores existentes, o que pode provocar ruídos e falhas na comunicação entre eles e seus superiores, e entre eles e seu público que atendem, docentes e discentes surdos.

Paralelo ao Ciclo de Formação, no segundo semestre de 2023 será lançado um Curso de Extensão online de 160h para Intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (ILSP) em que daremos aos TILSP do IFCE uma formação continuada e aos de fora da instituição, uma oportunidade de possuírem uma formação inicial que possa dar respaldo legal para sua atuação, ainda que em nível médio, buscando mitigar a defasagem de profissionais atuantes que não são academicamente formados, não tendo assim base legal para o exercício de sua profissão. O foco do curso será a interpretação e não a tradução conjuntamente, pois acreditamos que esse é o grande gargalo da profissão, em que a interpretação simultânea, e ao vivo, em sala de aula ou em eventos, torna-se muito mais demandada.

Esperamos que a iniciativa de nossa instituição possa servir de modelo e incentivo para outras IFES a também capacitarem seus profissionais TILSP pois através do trabalho que eles realizam, o direito à acessibilidade linguística e comunicacional por parte dos surdos em contextos educacionais e acadêmicos, é alcançada. Capacitar é uma de nossas grandes missões e a ela, continuaremos a manter este compromisso, aprendendo lições valiosas com nossos erros e acertos e oferecendo a cada nova edição, uma oportunidade maior de contribuirmos positivamente com a atuação desses profissionais tão importantes e necessários.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais – LIBRAS – e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em 16 abr. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm Acesso em 16 abr. 2023

BRASIL. Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Presidência da República, Atos do Poder Legislativo, Brasília, jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em 16 abr. 2023

BRASIL. Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. Lei Federal nº 14.191, de 03 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em: 16 abr. 2023.

FILHO, Nivaldo; SANTOS, Luidy S.; FONSECA, Lilian S. G.. Inclusão: A luta da comunidade surda e dos profissionais intérpretes de Libras. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19226> Acesso em: 16 abr. 2023

I FÓRUM DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). **Anais** [...], nov. 2014. Disponível em: <https://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Declaracao-do-I-Forum-dos-Tradutores-e-Interpretes-de-Lingua-de-Sinais-das-Instituicoes.pdf> Acesso em: 16 abr. 2023.

PACHECO, Eliezer M. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. 2022. Disponível em: <http://www.proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1914/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 16 abr. 2023